

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A "NOMEAÇÃO DOS APROVADOS AO CARGO DE ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA, NO ÚLTIMO CONCURSO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL: REALIDADE FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, ESTRUTURAL E FUNCIONAL", DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2015, às dez horas e cinquenta e seis minutos, na sala de reunião das Comissões da CLDF, a presidente da Comissão, Dep. Sandra Faraj, abriu a Audiência Pública, conforme Requerimento nº 01/2015 - CCJ e convidou autoridades, representantes dos servidores e dos aprovados no concurso para compor a Mesa. Durante a audiência pública compareceram os Deputados: Bispo Renato Andrade, Chico Leite, Raimundo Ribeiro e Wellington Luiz. Com a palavra, a Dep. Sandra Faraj, que discursou: "É notória a importância que a Defensoria Pública representa para as camadas mais pobres da população. Os carentes formam contingente considerável de pessoas que procuram o Poder Judiciário, na condição de autor ou réu, necessitando continuamente de um advogado ou defensor. O trabalho praticado pelo defensor público é, perante o Estado e a sociedade, importantíssimo": "Com relação aos analistas de carreira judiciária, em 02 de julho de 2014, foi homologado o concurso público para o provimento de cargos de analista de apoio e assistência judiciária. Foram abertas 15 vagas de provimento imediato e cadastro reserva de 60 vagas, mas existem 301 cargos vagos na carreira. Contudo, nota-se que o edital de abertura previa a nomeação de, pelo menos, 15 analistas no prazo de 90 dias de homologação do concurso, o que ainda não acorreu. Matéria que no momento está pendente"; "O fortalecimento da carreira de apoio certamente contribui para a profissionalização do serviço da Defensoria Pública e valorização do servidor público, que, passando por rigoroso processo seletivo, certamente eleva a qualidade do serviço prestado pelos órgãos essenciais à população carente do Distrito Federal". Com a palavra o Dep. Bispo Renato Andrade: "Quero dizer a vocês que podem contar com o nosso apoio"; "Espero que o Governador Rodrigo Rollemberg tenha a sensibilidade de entender que nós só governamos bem, se ouvimos as vozes da rua, de entender que não governamos sozinhos e que precisamos daqueles que apoiam de forma irrestrita, daqueles que, de fato, precisam tanto da nossa ajuda, que são as classes menos favorecidas". Com a palavra o Dep. Raimundo Ribeiro: "Nós vivemos – e isso não é novidade para ninguém – num dos países mais injustos que existe no mundo. E essa injustiça só pode ser reparada quando o Estado cria os mecanismos necessários para que possamos corrigi-los, no sentido de equiparar as pessoas que já passaram pela Defensoria, já tiveram a oportunidade, inclusive, de proferir palavras, no sentido de que a Defensoria Pública, certamente, de todas as advocacias, é a mais nobre, porque vai exatamente ao encontro daquelas pessoas que necessitam da prestação jurisdicional", "o Governo do Distrito Federal, seja ele qual for, precisa entènder que a Defensoria não é uma ação de governo, ela é uma ação de Estado. É por isso que ela precisa realmente ter uma autonomia plena". Com a palavra a Dep. Sandra Faraj, que fez leitura de mensagem encaminhada pelo Dep. Robério Negreiros: Desde já,





deixo registrado o meu apreço e admiração pelo trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública do Distrito Federal. Por conta disso, sou favorável a qualquer medida que fortaleça o trabalho de excelência já realizado por esse importante órgão". Com a palavra o Dep. Wellington Luiz: "Quero dizer que eu sempre fui um apoiador incondicional dessa categoria. Fizemos isso na legislatura passada"; "Se o Governador realmente quer fazer algo, deve contratar esses servidores, fazer um gesto que de fato possa mostrar o que S.Exa. realmente sente pelas pessoas mais necessitadas. S.Exa. deve exatamente investir em vocês". Com a palavra o Defensor Público Geral do Distrito Federal, Dr. Ricardo Batista Sousa: "a Defensoria Pública precisa de ajuda, mas, mais do que isso, precisa de socorro. E nós encontramos aqui nesta Câmara Legislativa do Distrito Federal o ombro amigo, o colo, o carinho, o afeto, a receptividade que infelizmente não temos tido do outro lado da Praça do Buriti"; "Nós vimos as propagandas eleitorais do ano passado e acredito nesses números porque acompanhei pelo Diário Oficial durante 4 anos. Trinta e três mil nomeações. Não vou discutir a pertinência de cada uma delas. Mas, dessas trinta e três mil, apenas seis foram dedicadas à Defensoria Pública. Sendo que nós saímos de um número x de defensores públicos e hoje estamos muito aquém disso, enquanto a população vem crescendo, enquanto o Judiciário expande as suas varas de atendimento, enquanto o Ministério Público tem reforço de servidores. São quase quatrocentos entre procuradores e promotores de justiça atuando hoje no DF, cerca de trezentos magistrados, contando que muitos deles têm seus auxiliares, as suas equipes de apoio, e o defensor público, às vezes, não tem esse suporte, ainda tem que se desdobrar para realizar as audiências, leva processos para casa. Há aquela fila de pessoas aguardando atendimento. Algumas, para terem entrevista com o defensor, demoram 3 meses. Não porque o defensor não está disponível, mas por conta do volume de serviço"; "O Defensor Público não faz simplesmente uma audiência ou uma petição inicial. Ele garante vaga na escola, na creche, no hospital, no transporte público, nas políticas públicas", "eu tenho orgulho dos Defensores e dos servidores que trabalham comigo nesta instituição, porque é graças a eles que o nosso cartão de visita abre as nossas portas, que é o nome e o trabalho que a gente vem sustentando, há mais de 20 anos, no Distrito Federal". Com a palavra o Dep. Chico Leite: "Eu gostaria que V.Exa. me permitisse. Deputado Wellington Luiz já respondeu como Líder do PMDB o questionamento? Eu queria que a gente assumisse — É uma proposta, nesta manifestação, para registro em ata — três compromissos: primeiro, que nós, da CCJ, vamos propor, hoje, no Colégio de Líderes, à Presidente e a todos os colegas, que destinaremos e remanejaremos, pelo menos, 200 mil reais, de cada um dos nossos orçamentos — isso significa 5% —, para a rubrica da Defensoria, para ver se conseguimos chamar os concursados. É pouco? É. Mas nós estamos dando a nossa demonstração efetiva"; "Dois: que assumamos aqui o compromisso de derrubar o veto"; "Três: que façamos a disputa, com o Governo, mas que apresentemos, em nome da CCJ, essa emenda ao PPA, para garantir o programa autônomo e o reconhecimento constitucional da Defensoria"; "Eu requeiro a V.Exa. que faça o registro, em ata, dos três itens, que os ponha em votação, entre nós, neste momento, e que nós partamos para posições concretas e objetivas"; "Eu gostaria que V.Exa. fizesse o registro do questionamento e do indeferimento de V.Exa." Com a palavra a







Dep. Sandra Faraj, que informou: "Não foi indeferido. Foi apenas trazida uma orientação sobre essa questão. Fomos alertados para não sairmos daqui com uma expectativa. Vamos fazer uma consulta aos técnicos para ver se é possível. Se for, da minha parte, o pleito tem total apoio". Dando continuidade à audiência, foi concedida a palavra a Dra. Laísa Drumond Moreira Diniz: "Nós estamos numa situação caótica em todo o País: são 192 defensores, que não conseguem atender à população. A nossa angústia é esta: todo dia acordar e dormir pensando em Defensoria, pensando nessa população que já é privada nas mais diversas áreas, principalmente no acesso à Justiça. Essa é a nossa preocupação hoje enquanto defensores públicos. Essa é a nossa luta"; "Eu gostaria de renovar e pedir o apoio para esse núcleo tão importante, como vocês conseguem verificar no nosso atendimento aqui na Câmara Legislativa. Realmente pedir o apoio na derrubada desses vetos, que é a única possibilidade de mantermos o acesso – eu não posso nem dizer expansão, mas mantermos o acesso – à população carente em 2016". Com a palavra o Sr. Michael Miranda, Presidente da Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Distrito Federal: "Hoje, tudo o que reivindicamos é a estruturação do órgão que proporciona liberdade ao povo, dandolhes ferramentas, para que se aproprie dos seus direitos. Precisamos, urgentemente, da convocação dos analistas e defensores aprovados no último concurso; precisamos garantir que os recursos aprovados na LDO à Defensoria Pública possam se achegar: precisamos enfatizar a importância de impulsionar a rápida tramitação e aprovação do PL nº 27, citado pelo Dr. Ricardo aqui, e, sobretudo, precisamos assegurar o aproveitamento dos atuais servidores efetivos no quadro de pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal". Com a palavra o Sr. Túlio Max Freire Mendes, representante da comissão dos aprovados para o cargo de Defensor Público: "Precisamos, Deputados, do apoio realmente irrestrito de todos os Deputados, para que esse veto seja derrubado, porque, se esse veto não for derrubado, não haverá voz e o silêncio vai continuar na casa das pessoas humildes e a cidadania não vai ser experimentada. É necessário que o sabor da cidadania seja experimentado em tantas famílias pobres neste Distrito Federal". Com a palavra o Sr. Irailson Estevão da Silva, representando a comissão dos aprovados para o cargo de analista: "a Defensoria tem realmente o papel de alcançar os menos favorecidos, e muitas vezes nós somos a única esperança, a Defensoria Pública é a única esperança para essas pessoas", "esta Casa tem nos apoiado bastante, tem apoiado a Defensoria e os aprovados, para que comecem de fato as nomeações. E que a autonomia seja de fato exercida". Com a palavra o Sr. Ramiro Santana, defensor público: "Muitas instituições do Estado fecham as portas para essas pessoas. Fecham a porta para a mãe que vai reclamar que seu filho foi recolhido à unidade de acolhimento, fecham a porta dos hospitais, fecham a porta da creche. Nem sequer a família consegue ser constituída, que é a nossa instituição mais básica. E é nesse ponto que a Defensoria atua", "Ela é um caminho para encontrar as instituições que vão dar acesso à cidadania". Com a palavra a Sra. Sheyla Lima: "eu peço a todos os Deputados que multipliquem... No dia em que realmente esse projeto for para o Plenário, que derrubem o veto. E também peço que olhem para a nossa carreira de apoio. Esse projeto já está na Casa. Então, peço que os senhores olhem esse projeto com muito cuidado, porque queremos também fazer parte dessa Defensoria". Com a palavra o Sr. Paulo Rocha, defensor público: "Eu fui





chamado em 2012 para assumir o núcleo do Riacho Fundo", "Abriu outra vara lá: são cinco juízes, cinco promotores e eu e um colega sozinhos para segurar aquele barco"; "Nós atendemos mil pessoas por mês. Nós não fazemos iniciais. À maioria dessas pessoas que chegam lá eu tenho que pedir para se conduzirem para a Câmara ou para 114 para fazer as iniciais"; "O que nós esperamos, eu, como defensor do Riacho Fundo, até para continuar segurando a peteca, eu diria, se não derrubarem o veto, se não houver essas mudanças tão bem colocadas pelo Dr. Ricardo, eu mesmo vou pedir, solidamente, para abandonar o barco, porque estou remando e a dificuldade é grande. Então, chequei ao extremo". Com a palavra a Dep. Sandra Faraj: "Nós vamos envidar esforços para a derrubada desse veto. Esse é o meu compromisso com vocês desde o momento que me veio, antes de eu ser Deputada, essa questão da Defensoria. Eu sempre a levei com muito carinho, porque entendo que é uma questão de justiça social nós termos defensores públicos e a população tendo acesso à Justiça. A população precisa de vocês". Ao final, fez uso da palavra o Defensor Público Geral do DF, Dr. Ricardo Batista Sousa, ocasião em que agradeceu aos deputados pelos trabalhos legislativos em prol da Defensoria Pública do Distrito Federal. Assim, não havendo mais nada a tratar, a Deputada Sandra Faraj agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. E eu, Eduardo Miranda Melis, Segretário da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal, lavrei a presente ata que, depois de lida e assinada pela Presidente e pelos demais Deputados membros desta Comissão, será enviada à publicação.

> DEPUTADA SANDRA FARAJ Presidente da/CCJ